

Andrès Perez ao chegar a Portugal:**GRANDE REPÚBLICA
GRANDE PÁTRIA
IBÉRICA**

Pág. 24

HERDADE DA LOBATA:**Todos à espera
do que vai acontecer**

NUM plenário que se realiza amanhã, em Beja, ao nível de comissões directivas de unidades colectivas de produção e de dirigentes sindicais, serão encaradas possíveis formas novas de luta em consequência da devolução da Herdade da Lobata ao antigo proprietário, ao abrigo do «direito de reserva».

Nos limites da herdade os trabalhadores da unidade Margem Esquerda continuam estacionados, acompanhados por máquinas agrícolas, em sinal de protesto contra a «reserva» daquelas terras ao agrário.

A situação arrasta-se há quase duas semanas e existem muitas dúvidas sobre o que vai acontecer a seguir. «Se a gente perder esta (herdade) vai perder mais» — disse um trabalhador à reportagem do «Diário Popular».

Na gravura podem observar-se as posições no terreno: no primeiro plano, em terras do Farrobo, os trabalhadores da Margem Esquerda e as máquinas; ao fundo, as casas do «monte» da Lobata, onde o agrário permanece, durante o dia, acompanhado por uma força da G. N. R.

Pág. 17

dp especial
**Eleições
para
as Autarquias****O P. S.****ACREDITA****NA POSSIBILIDADE
DE ALCANÇAR
BONS RESULTADOS****Destacável****A CAMPANHA
ELEITORAL
COMEÇA AMANHÃ
ÀS ZERO HORAS**

Pág. 6

LISBOA VOLTA A TER ÁGUA

DEVERÁ normalizar-se durante todo o dia de hoje o abastecimento de água à cidade de Lisboa e concelhos limítrofes, o qual foi afectado por roturas na canalização de zona média, na Avenida de Berlim, aos Olivais.

Segundo a E. P. A. L., a total regularização do circuito de abastecimento demorará um pouco mais devido à infiltração de ar no sistema de canalização, ocorrida durante as obras que estiveram em curso para reparação da avaria.

REUNIÃO DA F. E. P. U. no Teatro Vasco Santana

Numa reunião de candidatos da Frente Eleitoral Povo Unido, efectuada na sexta-feira, foi decidido convocar um encontro das diversas comissões eleitorais unitárias do concelho de Lisboa e dos candidatos aos órgãos municipais da capital, a fim de ser apresentada uma proposta de alargamento da Comissão Eleitoral, os candidatos e o programa a ser presente à população.

O encontro efectua-se hoje, às 21 e 30, no Teatro Vasco Santana.

A F. E. P. U. revelou publicamente o texto de um documento «de democratas sem filiação partidária que decidiu apoiar» aquela frente eleitoral. Os 37 subscritores residentes na área de Lisboa justifica a sua adesão à F. E. P. U.:

«Acreditamos na unidade, construída na acção prática, das forças que defendem a Constituição e a sua aplicação efectiva.»

PROTESTOS CONTRA A DECISÃO DO JUIZ DE TORRES VEDRAS

A D. O. R. L. do P. C. P. emitiu um comunicado onde reclama medidas que permitam a concorrência das listas da Frente Eleitoral Povo Unido, nos concelhos de Torres Vedras, Cadaval e Sobral de Monte Agraço cujos processos de candidatura foram rejeitados pelo juiz da comarca de Torres Vedras. Segundo o texto, esta medida judicial é «manifestamente ilegal e levanta as mais sérias apreensões quanto à genuinidade do

próximo acto eleitoral», uma vez que, acentua ainda, «as exigências do juiz estão em ostensiva contradição com as decisões dos restantes 195 juizes que por todo o País apreciaram processos precisamente instruídos da mesma forma, e com a opinião do M. A. L.».

Também os candidatos pela F. E. P. U. à assembleia municipal e à Câmara Municipal de Lisboa, em reunião plenária de preparação da campanha eleitoral, manifestaram a maior estranheza e indignação pela decisão do juiz da comarca de Torres Vedras, afectando a apresentação das listas da Frente Eleitoral Povo Unido dos concelhos de Sobral de Monte Agraço, Torres Vedras e Cadaval, decisão que atinge cerca de 60 000 eleitores.

P. C. P. PROPÕE AO P. S. UM ENCONTRO ENTRE RESPONSÁVEIS

O Comité Central do P. C. P. divulgou ontem uma carta dirigida, no passado dia 24, à Comissão Nacional do P. S. na qual propõe «com a maior brevidade» um encontro entre responsáveis dos dois partidos, a fim de ser examinada «em comum a conjuntura actual, as medidas pertinentes e as relações entre os nossos dois partidos». O texto agora divulgado começa por se referir ao «momento particularmente crítico da vida nacional em que as forças reacionárias e de direita ameaçam de forma crescente a Revolução portuguesa», afirmando que «crescem de maneira inquietante as actividades conspiratórias e provocatórias da direita reacionária. A libertação dos pides, de bombistas confessos e de

rede terrorista é um incentivo à prática de novos atentados e actos de violência». E acrescenta:

«A ausência de medidas energéticas e firmes da parte do Governo, no âmbito que lhe cabe, contra as actividades terroristas e fascistas faz perigar cada vez mais a liberdade e a segurança dos cidadãos e a existência da própria democracia.»

«Da mesma forma a proliferação da imprensa fascista e fascizante, o recrudescimento da campanha anticomunista na imprensa estatizada e em outros órgãos de comunicação social sob o controlo do Estado, como a Rádio e a TV, constituem um incentivo a novos atentados e violências da direita reacionária.»

«Por outro lado, os circu-

los do capital financeiro e da grande propriedade latifundiária estão levando a cabo pressões de toda a ordem no sentido de recuperação agrária e capitalista a qual, a consumir-se, significaria a destruição das conquistas da Revolução e a supressão violenta das liberdades. Esses círculos agindo no interior e no exterior do País contam com o apoio activo do imperialismo.

«Um factor de grande preocupação é a ausência de resposta adequada da parte do Governo do Partido Socialista, que leva à prática uma política em vários aspectos contrária à Constituição da República.»

«O que se passa quanto à aplicação da Lei da Reforma Agrária e à imposição compulsiva do «direito de reserva» com a intervenção maciça das forças militarizadas a mando do Governo sem cuidar da unidade e

viabilidade das U. C. P. nem do direito preferencial de arrendamento e sem ouvir os trabalhadores e cooperantes das U. C. P. e os seus organismos representativos — sindicatos e ligas — ao mesmo tempo que nenhuma medida é tomada para a aplicação da referida Lei na parte relativa às expropriações, não pode deixar de constituir um grave motivo de alarme e de perturbação no País, e em particular na zona de intervenção da Reforma Agrária.»

A carta observa, ainda, que «as leis ultimamente promulgadas pelo Governo do P. S. afectam seriamente o direito ao trabalho e a garantia de emprego dos trabalhadores portugueses». Por outro lado — acrescenta — o regime previsto para o pagamento do 13.º mês, «aliado ao práctico congelamento da contratação colectiva e à subida dos preços dos artigos e serviços de primeira necessidade, agravará de maneira notória, particularmente, a situação económica de milhares de famílias de operários e empregados.»

O C. C. do P. C. P. critica também a situação que resulta da entrega de empresas a ex-patrões sabotadores: bem como «a falta de apoio às empresas nacionalizadas» e «a falta de incentivo às empresas cooperativas e em autogestão». Quase a terminar, o C. C. do P. C. P. salienta: «Nas vésperas da campanha para as eleições das autarquias locais e da realização do Congresso de Todos os Sindicatos, em que é fundamental o entendimento e a unidade das forças de esquerda em geral e das classes trabalhadoras em particular, o diálogo entre comunistas e socialistas, a procura de soluções comuns e o estabelecimento de relações normais entre os nossos dois partidos, são indispensáveis à defesa da democracia, das conquistas da Revolução e da construção de um Portugal democrático a caminho do socialismo.»

publicidade

ATENÇÃO!

sócios do CÍRCULO DE LEITORES

faltam apenas **4** dias

para o envio dos vossos postais de pedido

CONCURSO
10.000
PRÉMIOS

*
ESTA É A GRANDE SURPRESA DO NATAL DO CÍRCULO DE LEITORES

DATA LIMITE **3** DE DEZEMBRO

PRESOS POLÍTICOS À VENDA

Quando o Governo da Alemanha Oriental decidiu edificar o Muro da Vergonha, dividindo ao meio a cidade de Berlim, os seus cidadãos viram-se subitamente apanhados numa armadilha e inúmeras famílias ficaram divididas.

A Alemanha Oriental tentava, desta maneira, pôr cobro ao elevado êxodo populacional que se tinha registado até 1949, que levou cerca de 16% da população a abandonar o Oriente.

Mas a construção deste muro apenas serviu para intensificar o descontentamento geral. Começaram então as desesperadas tentativas de fuga, e as prisões encheram-se de pessoas cumprindo até 5 anos de prisão pela primeira tentativa, e até nove, pela segunda. Em 1963, existiam nas cadeias da Alemanha Oriental 12 mil presos políticos nestas condições.

Foi então que Wolfgang Vogel, conhecido advogado da Alemanha Oriental, e, ao que parece, membro da policia politica do seu país, iniciou um dos mais sujos negócios do mundo, vendendo presos políticos à Alemanha Ocidental, ao preço de 16 mil dólares, por cabeça. Foi através desta operação inclassificável, (Kopfgeld — dinheiro por cabeça), que 10 mil presos políticos foram postos em liberdade.

Como funciona o programa Kopfgeld e quem é exactamente o Dr. Vogel? Por que razão paga o Ocidente?

Leia o número de Dezembro das Selecções do Reader's Digest, agora posto à venda.

STAND CRUZ

Vende c/ garantia total BMW 1602 e 2002. Estado impecáveis. Óptimo preço. Facilita pagamento e troca. Rua Augusto Gil, n.º 32-A e B.

Marquises de Alumínio

COM GARANTIA. Orçamentos grátis. ACALE — Rua da Quintinha, 66-A — Telef. 60 13 72

NAMORA? vai CASAR?

PREFIRA AS ALIANÇAS E ANÉIS DE NOIVADO DA OURIVESARIA

BARATEIRO DE S. DOMINGOS Rua Barros Queirós, 56

ELEIÇÕES PARA AS AUTARQUIAS LOCAIS

ONZE PARTIDOS À CONQUISTA DE LUGARES EM 304 CONCELHOS E 3262 FREGUESIAS

Onze partidos e frentes eleitorais iniciarão às zero horas de amanhã 30 de Novembro, a sua campanha referente às eleições para as autarquias locais, que se prolongará até às 24 horas de 1.º de Dezembro, ante a espera do dia marcado para o acto eleitoral. Os partidos concorrentes são: Partido Socialista, Frente Eleitoral Povo Unido, Partido Social-Democrata, Centro Democrático Social, Grupos Dinamizadores de Unidade Popular, Movimento Reorganizativo do Partido do Proletariado, Partido Comunista de Portugal (marxista-leninista), Liga Comunista Internacionalista, Partido Revolucionário dos Trabalhadores, Partido Popular Monárquico e Partido da Democracia Cristã.

No que respeita às Assembleias de Freguesia, candidatam-se, para além dos citados partidos, diversos grupos de cidadãos que seria exaustivo estar a enumerar. Estas eleições irão cobrir 304 concelhos do continente e ilhas, e cerca de 3262 freguesias com mais de trezentos eleitores, uma vez que nas freguesias sem aquele número de eleitores será o plenário dos cidadãos eleitores que elegerá a Junta de Freguesia local.

As normas por que se deverá reger a campanha eleitoral estão contidas no capítulo II, artigos 52 a 61 do Decreto-Lei n.º 701-B/76 que disciplina a realização destas eleições, nos seus diversos aspectos. Assim, refere-se, entre outros aspectos, que os candidatos, partidos políticos, e grupos de cidadãos eleitores proponentes têm direito a igual tratamento por parte das entidades públicas e privadas, a fim de efectuarem, livremente e nas melhores condições a sua campanha eleitoral. Por outro lado, no decurso da campanha, não poderá ser imposta qualquer limitação à livre expressão de princípios políticos, económicos e sociais, sem prejuízo de eventual responsabilidade civil e criminal, não podendo ainda ser aplicadas às empresas que explorem meios de comunicação social, nem aos seus agentes, por actos integrados na campanha, quaisquer sanções, sem prejuízo da responsabilidade em que incorram, a qual só será efectiva após o dia da eleição.

Para a campanha eleitoral não poderão, por seu turno, ser utilizados a televisão e os meios de radiodifusão. As publicações noticiosas que insiram matéria respeitante à campanha darão um tratamento jornalístico não discriminatório às diversas candidaturas, sendo as infracções ao disposto apreciadas judicialmente.

A propaganda eleitoral deve ainda ser feita em espaços especiais destinados pelas Juntas de Freguesia à afixação de cartazes, fotografias, jornais murais, manifestos e avisos, não sendo permitida a afixação de cartazes e a pintura de propaganda em edifícios públicos, templos, monumentos, instalações diplomáticas, e consulares e nas placas de sinalização de trânsito.

UTILIZAÇÃO DE ESCOLAS

O Ministério da Educação e Investigação Científica emitiu a seguinte nota oficial: «Nos termos de um despacho assinado pelo ministro da Educação e Investigação Científica, esclarece-se todos os interesses que enquanto durar a campanha eleitoral para as autarquias locais, não se aplica às organizações e partidos políticos a elas concorrentes a proibição de utilização dos estabelecimentos de ensino primário, preparató-

rio, secundário e médio para sessões de propaganda política.»

CANDIDATOS DO P. S. NO PORTO

PORTO — Os candidatos do Partido Socialista à Câmara Municipal do Porto, foram ontem apresentados, no decorrer de uma conferência de Imprensa, tendo António Macedo afirmado que lhes interessa, sobretudo, ultrapassar as questões ideológicas, descer às ruas da cidade e às zonas mais desprotegidas e degradadas, observar os seus problemas concretos e, sobretudo, resolvê-los dentro dos recursos financeiros disponíveis para que a população sinta que o verdadeiro espírito do 25 de Abril está presente na sua Câmara.

António Macedo expôs o programa do que será a «Câmara Socialista» que cuidará do sector da habitação e saneamento básico, procurará melhorar as condições de vida na zona ribeirinha e em outros locais considerados pobres e desenvolver, para os resolver, os problemas ligados à saúde e higiene, disposta também a concorrer para que seja um facto a construção do novo Hospital Pediátrico D. Maria Pia, com 500 camas ao serviço de todas as crianças, etc. Os transportes — segundo afirmou António Macedo — também fazem parte do programa do P. S. no que respeita à sua melhoria e à criação de passes sociais a baixo preço, para estudantes e trabalhadores.

AMADORA: UMA CIDADE PARA CONSTRUIR

Na garagem J. Pimenta (Reboleira) ocorreu ontem um debate sobre o tema Amadora-Cidade. «Mais do que a passagem a concelho, há uma cidade por construir» — há-se um comunicado distribuído à população, convocando os moradores da freguesia da Amadora a participar no debate para o qual foram convidados dois estudiosos dos problemas do urbanismo e ordenamento do território — os arquitectos Nuno Portas e Jorge Viana.

Ao historiar o que foi a especulação descarada e desmedida neste País «colonizado mais que colonizador» — como afirmou — diria ainda Jorge Viana: «O País foi sangrado. Milhões de rontos saíram das nossas fronteiras, sem que cá fosse produzido um centavo. Portugal era um quintal do imperialismo.»

SETE GOVERNANTES

NA GUARDA

GUARDA — No fim de semana, sete membros do Governo reuniram-se nesta cidade para estudar os problemas locais, tendo, depois, percorrido diversos concelhos, tomando contacto com a realidade.

Os ministros Marcelo Curto (Trabalho), Walter Rosa (Indústria) e Almeida Pina (Obras Públicas) e os secretários de Estado Vitor Vasques (Segurança Social), Almerinda Marques (Administração Escolar), António Campos (Fomento Agrário) e o subsecretário João Soares Louro (Comunicação Social) foram os governantes que trabalharam neste distrito.

O ministro do Trabalho esclareceu que o Governo não retira semana inglesa nem impõe trabalho ao domingo.

As perguntas feitas pelos presentes, responderiam os componentes da mesa, nomeadamente o arquitecto Nuno Portas, que se referiu ao problema da criação do concelho da Amadora:

«Será vantajoso transformar a Amadora em concelho? Será, se a Câmara vier a estar mais próxima da população, se tiver poderes e meios para resolver os problemas reais da vida de todos os dias.»

Estiveram patentes exposições de sectores do património cultural da Amadora, desde peças arqueológicas descobertas pelo Grupo de Arqueologia do Centro Cultural Roque Gameiro, até à evocação dos primórdios da aviação que na Amadora tinha uma das suas bases (o antigo campo de aviação).

A noite, houve convívio e festa popular.

— Hoje, às 21 e 30, no Teatro Vasco Santana, a Comissão Eleitoral Unitária da F. E. P. U. de Lisboa promove um encontro entre as diversas comissões eleitorais unitárias do concelho e os candidatos aos órgãos municipais de cidade.

O EUROCOMUNISMO NÃO RESOLVE OS PROBLEMAS DA ESQUERDA — segundo Maurice Duverger

Os contactos políticos estabelecidos por Maurice Duverger, nesta sua viagem a Portugal, permitem-lhe, certamente, adquirir uma informação sobre o que se passa no nosso país. As ideias de Duverger (partidário de um «socialismo humanista», mas ele mesmo convencido que «está por inventar um modelo de socialismo democrático») têm sido amplamente desenvolvidas em «Le Monde», jornal de que é um dos editoriais. Desde quinta-feira em Portugal, este mestre de Direito Constitucional, grande especialista de Ciências Políticas, avistouse com os chefes dos principais partidos, no cumprimento de um programa particularmente exaustivo, elaborado pelo Centro Nacional de Estudos e Planeamento, organismo que o

convidou a deslocar-se ao nosso país.

Evitar «o perigo de uma viragem demasiado à direita», propicia a recuos e à criação de imobilismo e «ter um Governo que, pouco a pouco, consiga pôr em ordem a situação económica portuguesa são os dois problemas principais que, na opinião de Maurice Duverger, se põem presentemente ao nosso país, conforme declarou, em entrevista concedida à Anop.

Este intelectual, que juntamente com Vasco da Gama Fernandes prefacia a tradução francesa da nossa Constituição, explicou que o seu Centro de Análise Comparativa de Sistemas Políticos ajudou mesmo, a elaborar o texto francês da Constituição portuguesa, que considera de «demo-

crática, de tipo particular, semelhante à francesa, por serem ambas semipresidencialistas». Ainda, sobre a Constituição portuguesa prosseguiu Duverger: «Penso que ela pode funcionar, até porque é dotada de uma certa flexibilidade pelo seu sistema semipresidencialista, mas só pode ver-se o mecanismo de uma Constituição, após vários anos de funcionamento e a vossa, ainda, há bem pouco começou a ser posta em prática».

Relativamente à situação política no nosso país, Maurice Duverger considera que, após a revolução, os problemas que se punham a Portugal eram, por um lado, «fazer funcionar uma democracia, com um jogo de partidos, uma oposição e eleições» e, por outro lado, constituir um «Estado eficaz» com «condições para governar e fazer face aos enormes problemas económicos sociais e administrativos».

«NÃO HÁ AINDA SOCIALISMO DEMOCRÁTICO»

Entretanto, em declarações hoje transmitidas pelo nosso colega «Jornal de Notícias», Duverger, aludindo à inexistência de um modelo para o novo regime português, afirmou:

«Não é só em Portugal que falta um modelo. Não há modelo de socialismo democrático. Há democracias que são capitalistas e há comunismo autoritário ditatorial, mas não há ainda socialismo democrático. Se se quer construí-lo, é preciso inventá-lo. Para o resto, sim, há modelos.»

Finalmente, à questão do eurocomunismo, Duverger sustentou: «Quanto ao chamado eurocomunismo, os partidos comunistas francês, italiano e espanhol tomaram posições liberais e sobretudo tomando, claramente, uma distância em relação à mercê da diminuição ou supressão das liberdades individuais.»

No entender do nosso interlocutor, isto significa um progresso do comunismo no sentido da democracia, mas não basta para resolver os problemas da esquerda em França, Itália e Espanha. Em Portugal e de acordo com o seu pensamento, a questão põe-se de modo diferente e, dado que o Partido Comunista não tem a mesma posição.»

Hoje, Maurice Duverger visitou os Jerónimos, o Museu dos Coches e a Universidade de Lisboa, estando prevista a partir das 18 e 30, uma conferência de Imprensa no Hotel Ritz. Amanhã regressará a Paris.

FANFANI EM LISBOA

O Presidente da República, general Ramalho Eanes, recebeu, no sábado, Amintore Fanfani, presidente do Senado italiano, que se encontra de passagem por Lisboa, o qual classificou a audiência de «visita de cortesia e amizade», sublinhando que a mesma fora feita em representação do Presidente da República italiana. A finalizar, o sr. Fanfani fez votos para que Portugal espreze a crise económica.

O presidente do Senado italiano foi também recebido, esta manhã, pelo primeiro-ministro, dr. Mário Soares.

publicidade

AOS TRABALHADORES DA FUNÇÃO PÚBLICA QUESTÃO SALARIAL

As Comissões Directivas dos Sindicatos dos Trabalhadores da Função Pública das Zonas Norte, Centro e Sul, reuniram em Coimbra no dia 25 de Novembro de 1976, a fim de analisarem os problemas mais graves neste momento comuns a todos os trabalhadores da Função Pública.

Da análise da situação geral da classe, avultou com extrema relevância a premência e aflitiva situação salarial dos T.F.P., cujo último reajustamento salarial, efectuado em Maio de 1975, se encontra já totalmente absorvido pelo aumento do custo de vida entretanto verificado.

Atendendo a que:

- Em Abril de 1976 o VI Governo Provisório pôs à discussão dos trabalhadores um projecto de reclassificação e uma tabela salarial;
- Os órgãos do Poder, pela voz do Presidente da República e do actual 1.º Ministro, reconheceram já publicamente a situação salarial degradada dos T.F.P., necessidade da sua dignificação e equiparação aos trabalhadores de sectores público e nacionalizado;
- O actual Governo, em declarações públicas, anunciou já várias vezes a sua intenção de rever a situação dos T.F.P.

E considerando que:

- Até à data todas estas afirmações públicas não têm passado do plano da mera intenção ou projecto;
- Pelo contrário, as medidas concretas anunciadas são tendentes a agravar ainda mais a situação dos trabalhadores (diário de trabalho de 40 horas e 13.º mês em Títulos de Tesouro);
- A actuação dos actuais responsáveis pela Administração Pública face às Organizações Sindicais dos T.F.P. se tem caracterizado por uma marginalização progressiva traduzida na insuficiência cada vez maior de diálogo e discussão dos problemas.

As Comissões Directivas, considerando que a elaboração e discussão pelos T.F.P. da sua tabela salarial (posteriormente negociada com o Governo) em Maio de 1975 é um direito adquirido e uma conquista que a classe deve tornar irreversível, não mais permitindo o regresso à situação anterior ao 25 de Abril em que era o Governo a ditar e impor os nossos aumentos salariais, decidiram elaborar uma proposta sindical conjunta que, contemplando um reajustamento imediato de salários, vise a melhoria das condições gerais de vida da classe nos seus múltiplos aspectos de benefícios e regalias sociais.

Nos trabalhos de elaboração da proposta, que pensam ter pronta e submeter à consideração dos T.F.P. por toda a próxima semana, foram já analisados nesta reunião numa primeira abordagem os aspectos do aumento do custo de vida, nivelamento aos outros sectores, leque salarial, regalias sociais e ADSE/Previdência, remunerações acessórias, subsídios de alimentação e viabilidade de concretização a curto prazo de uma reclassificação geral dos trabalhadores.

Finalmente, decidiram as Comissões Directivas contactar com os outros Sindicatos que representam T.F.P., e em especial com os Sindicatos dos Trabalhadores das Autarquias Locais e Professores, no sentido de uma discussão dos problemas comuns, com vista a uma actuação conjunta face à entidade patronal.

Coimbra, 25 de Novembro de 1976.

AS COMISSÕES DIRECTIVAS

Eleições para as Autarquias



EM MESA-REDONDA

○ Partido Socialista, vitorioso nas eleições para a Assembleia Constituinte e para a Assembleia da República, vai defrontar em 12 de Dezembro (dia escolhido para as primeiras eleições que irão dar consistência ao futuro Poder local) — o primeiro ataque em forma por parte das forças políticas que se encontram na oposição, derivado do facto de, fundamentalmente, integrar o primeiro Governo constitucional, formado quase exclusivamente por militantes seus. Seja como for, os candidatos do P. S. com quem promovemos uma mesa-redonda, não aceitam a ideia de que estas eleições se possam converter num plebiscito ao Governo, uma vez que os resultados não poderão ser interpretados como o foram os de anteriores eleições.

No que respeita à forma como irá ser conduzida a sua campanha eleitoral, ela partirá do pressuposto de que o Povo português deverá aceitar o projecto socialista já escolhido por duas vezes. Não farão grandes comícios, mas sim diversas sessões de esclarecimento, de porta em porta e de casa em casa, para um mais completo esclarecimento do eleitorado. No que respeita a questões controversas que se prendem com o consignado na lei eleitoral aprovada, os socialistas pensam que as regiões administrativas não se impõem como um acto centralizador e administrativo e a sua criação de-

verá ser precedida de um estudo atento. Preparam-se, por outro lado, para promover a apresentação de legislação referente à estrutura, competência e funcionamento dos órgãos das autarquias locais, bem como no que respeita às comissões de moradores, e acreditam em que o Governo, no princípio do ano, legisle sobre o estatuto financeiro das autarquias locais. No que respeita à controvérsia gerada pelo facto de os membros do Governo poderem candidatar-se, ela não merece credibilidade aos socialistas que aceitam essa questão com naturalidade, e como um facto comum a vários países europeus. Defendem a ideia de que as Juntas de Freguesia terão de deixar de ser órgãos para passar a ser órgãos de pobreza e residência e que as Assembleias Municipais deverão reflectir a representação fiel dos interesses municipais. Apontam, finalmente, para o facto de não estarem dispostos a fazer quaisquer alianças e para a necessidade de que sejam ultrapassados os factores ideológicos que poderão entravar a funcionalidade dos novos órgãos.

Compareceram à mesa-redonda promovida pelo «D. P.» Aquilino Ribeiro (candidato à Câmara Municipal de Lisboa), Raul Rêgo (candidato à Assembleia Municipal de Lisboa) e António Ferreira dos Santos (candidato à Assembleia de Freguesia de S. Jorge dos Olivais).

«CONFIANÇA EM RESULTADOS CONFORTÁVEIS»

D. P. — Gostaria que começassem por me referir quais as bases políticas em que irá assentar a campanha eleitoral do P. S., tendo em vista, sobretudo, o facto de o Partido ser Governo.

Aquilino Ribeiro — É sabido que nos apresentaremos às eleições, sem alianças à nossa esquerda ou à nossa direita. O partido apresenta-se unitariamente isolado, não pactuando com qualquer tipo de transigências nessa matéria. Irá fazer uma campanha eleitoral em torno das suas propostas que visam, fundamentalmente, encontrar uma resposta adequada para as necessidades e os anseios mais prementes das populações e uma forma de responder em condições materiais de harmonia com as que neste momento o País atravessa que são, como toda a gente sabe, bastante difíceis, nomeadamente quando essa dificuldade se reflecte ao nível das Câmaras Municipais, cujas receitas são bastante limitadas, face aos graves problemas que têm que se resolver.

Mas, para além disso, nós sabemos ser intenção do Governo, de resto já expressa no seu programa, e reiterada em declarações proferidas, proceder a uma revisão oportuna das finanças municipais, em termos de permitir que a autonomia que é concedida aos municípios não seja completamente esvaziada. E pensamos não apenas para o caso de Lisboa, que se encontra numa situação relativamente favorecida, no conjunto dos municípios do País, mas para todos os municípios, pelo que é necessário dotar os novos órgãos que venham a ser constituídos em função destas eleições, com real poder de passa, em primeiro lugar, por uma autonomia financeira e, em segundo lugar, pela autonomia técnica. É indispen-

sável, por isso, que o apoio de ordem técnica se traduza na possibilidade de pôr em prática as decisões que em nome da população venham a ser tomadas, as quais têm de ser suficientemente capazes de dar resposta a que elas mesmo exigem. Também no plano financeiro é

blema da autonomia, em função de uma modificação do sistema de atribuição das receitas, aos municípios, as quais, de acordo com o estabelecido na Constituição, terão de ser obtidas à custa de uma participação nas receitas gerais do Estado.

D. P. — Estas eleições vão,

e C. D. S.) e também o Povo Unido põssam atacá-lo, por considerarem pelo facto de o Governo ainda não ter feito aquilo que deveria ter feito. Ta' facto poderá originar uma mudança de estratégia da campanha do Partido Socialista, relativamente a outras eleições?

sicamente políticas, são da política caseira, da política mais aplicada, mais corriqueira, mais dia-a-dia. Mais do que nas eleições para a Presidência da República, mais do que nas eleições para a Assembleia da República, estão em causa as melhorias reais, está em causa a aplicação po-

nenhum dos Partidos, mas muito menos os partidos da esquerda, têm exercício do poder local. Só a partir de 25 de Abril é que os partidos da esquerda, alguns deles, tiveram o exercício do poder local. Porque, de resto, os partidos da direita têm muitos elementos que estavam no poder local e estavam também no Poder a nível nacional. Porém, a nível nacional foram quase todos varridos, mas a nível local não, porque este é exercício de vizinho para vizinho, é um favor que se faz ou se fez há anos.

Portanto, são sem dúvida nenhuma umas eleições que, sendo tão políticas como as outras, apresentam mais dificuldades para o Partido Socialista, por ser o Partido que está no Governo há dois meses e este espaço de tempo é já bastante para criar o odioso sobre um Partido, por não ter feito nada, por não ter feito inclusivamente o que os outros não fizeram em vinte anos.

Podem tirar-se lições dos resultados

D. P. — Uma questão muito falada pelos partidos da oposição diz respeito ao facto de Mário Soares ter afirmado que o P. S. só governará enquanto tiver o apoio de todos os portugueses.

R. Rêgo — Estas eleições municipais podem dar a tônica do apoio ao P. S., mas, para isso, não esqueçamos que nem os partidos da direita nem os da esquerda podem ter a pretensão de politizar estas eleições ao nível nacional. Elas representam, sem dúvida, a confiança ou a desconfiança num Governo, mas não podemos dar às eleições municipais a mesma tônica representada nas percentagens de números que têm as

(Continua na pág. seguinte)



Aquilino Ribeiro (candidato à Câmara Municipal de Lisboa), Raul Rêgo (candidato à Assembleia Municipal de Lisboa) e António dos Santos (candidato à Assembleia da Freguesia de S. Jorge dos Olivais) falando com a reportagem do «D. P.»

indispensável que uma programação estável possa ser feita, em função do conhecimento das receitas pré-existentes.

Tudo isto obrigará a uma nova forma de encarar o pro-

talvez, marcar, em relação ao Partido Socialista, o primeiro ataque em forma sofrido pelo Partido desde o 25 de Abril, por ser partido governamental e daí que os partidos situados à sua direita (P. S. D.

Raul Rêgo — Eu suponho que não obriga a mudança de estratégia do Partido Socialista, mas o problema que pôs é sensível, porque as eleições municipais, se são eleições essencialmente políticas e ba-

lítica de todos os programas políticos.

Por outro lado, são as eleições mais sensíveis em relação às influências pessoais, em relação ao chamado caciquismo. É evidentemente que



: GEOGRAFIA POLÍTICA

O Partido Socialista, como se depreende de um simples exame dos gráficos que temos vindo a publicar, é, juntamente com a Frente Eleitoral Povo Unido, a organização política que apresenta maior número de candidaturas nos 304 conselhos do continente e ilhas. Os socialistas, por motivos que não nos foram explicados, estarão ausentes em dois concelhos do distrito da Guarda, (Fornos de Algodres e Ce-

lorico da Beira), um do distrito de Viseu (Carregal do Sal) e ainda outro do distrito de Vila Real (Sabrosa). No que respeita às Assembleias Municipais, a situação é idêntica, não concorrendo o Partido nos mesmos locais em que não se apresenta ao sufrágio para os executivos. Positivo o facto de o P. S. apresentar listas em todos os concelhos das ilhas, se levarmos em conta as dificuldades que se lhe têm deparado, sobretudo nos Açores, o mesmo se podendo dizer relativamente às freguesias. Mas é precisamente nas freguesias que vamos encontrar as maiores surpresas, causando alguma admiração a percentagem total de listas apresentadas por este Partido. Resta saber o número de cidadãos eleitores que são abrangidos pelas candidaturas do P. S., o que não nos foi possível apurar, dado que aquele partido apenas se limitou a divulgar-nos o gráfico que apresentamos ao lado. De qualquer forma, são significativos os números apurados em Braga, Bragança, Guarda, Vila-na do Castelo e Vila Real, onde as percentagens totais pouco ultrapassam os cinquenta por cento. Entretanto, os números totais do Partido Socialista são os mais importantes e significativos destas eleições e qualquer interpretação que se pretenda dar, neste momento, poderá carecer de fundamento. Resta dizer que, no que respeita aos candidatos, e tal como se afirma na mesa-redonda, eles pertencem, exclusivamente ao Partido Socialista, como militantes ou como simpatizantes, não tendo sido permitidas quaisquer excepções.

DISTRITO	N.º CONC.	N.º FREG. C/ + 300 ELEITORES	CAMARA MUNICIPAL		ASSEMBLEIA MUNICIPAL		ASSEMBLEIAS DE FREGUESIA		TOTAL DE CANDIDATURAS
			N.º LISTAS	%	N.º LISTAS	%	N.º LISTAS	%	
AVEIRO	19	190	19	100	19	100	169	88.4	2746
BEJA	14	91	14	100	14	100	83	93.2	1247
BRAGA	13	408	13	100	13	100	267	66.9	3657
BRAGANÇA	12	153	12	100	12	100	93	60.7	1414
C. BRANCO	11	148	11	100	11	100	129	87.1	1714
COIMBRA	17	173	17	100	17	100	157	90.7	2256
ÉVORA	14	70	14	100	14	100	72	97.2	1057
FARO	16	71	16	100	16	100	71	100	1272
GUARDA	14	168	12	85.7	12	85.7	125	76.6	1133
LEIRIA	16	128	16	100	16	100	111	86	1679
LISBOA	14	183	14	100	14	100	175	95.6	3095
PORTALEGRE	15	79	15	100	15	100	79	100	1669
PORTO	17	361	17	100	17	100	335	93.8	4553
SANTARÉM	21	161	21	100	21	100	135	83.3	2129
SETÚBAL	13	53	13	100	13	100	51	96.2	1145
V. CASTELO	10	193	10	100	10	100	148	75.5	1933
VILA REAL	14	193	13	92.8	13	92.8	153	79.2	2142
UISEU	24	267	23	95.8	23	95.8	141	52.4	2600
ANGRA	5	38	5	100	5	100	42	100	577
HORTA	7	33	7	100	7	100	20	62.5	408
P. DELGADA	7	53	7	100	7	100	40	71.4	597
FUNCHAL	11	48	11	100	11	100	29	59.1	596
TOTAL	304	3262	300	98.7	300	98.7	2.625	80.5	39 619

dp especial
Eleições para as Autarquias

AMANHÃ:

AS BASES PROGRAMÁTICAS E OS LOCAIS DE CANDIDATURA DOS SEGUINTES PARTIDOS E FRENTES ELEITORAIS:

- M. U. P.**
- M. R. P. P.**
- P. C. P. (m. l.)**
- P. P. M.**
- L. C. I.**
- P. D. C.**

O PODER LOCAL NA PERSPECTIVA DO P. S.

(Continuação da pág. anterior)

é a aplicação mais prática municipal, porque a vida municipal, a vida da freguesia, política.

Necessidade de regulamentação das comissões de moradores

A *Ribeira* — É sabido que na Assembleia Municipal têm assento, por inerência, os presidentes das juntas de freguesia, que têm também direito de assistir às reuniões das assembleias de freguesia, onde, por sua vez, têm assento os representantes das comissões de moradores. E as comissões de moradores constituem uma forma de democracia directa, que terá que ser oportunamente regulamentada, para que o seu funcio-

namento entre em efectiva e eficiente correspondência. E as comissões de moradores permitem a captação permanente dos anseios da população e do seu estado de espírito, que através do presidente da junta da freguesia terão expressão na Assembleia Municipal.

Creio ser essa uma das vias para acompanhar a forma como evoluiu relativamente à gestão do município, o pensamento dos munícipes. Tenho

a maior esperança neste tipo de organizações populares de base, depois de entrarem em funcionamento de acordo com as garantias de democraticidade interna que é necessário assegurar.

D. P. — Referiu-me há pouco, na sua perspectiva e ao Partido Socialista, que as juntas de freguesias deixem de ser passadoras de certidões de pobreza e de residência. Como devem funcionar para deixarem de ser assim?

F. Santos — Tomando como ponto de partida a minha própria freguesia, pois ela tem umas características completamente diferentes de outras freguesias de Lisboa, um vez que se trata de uma freguesia nova, pois Santa

Maria dos Olivais tem treze anos de existência.

Foi uma realização para um determinado número de habitantes mas que foi largamente ultrapassado, assim como se desenvolveu em condições específicas. Por isso, exige uma actuação muito especial da junta de freguesia.

É que a freguesia tem imensas carências. Grande número de habitações foram construídas por organizações sociais e entregues a famílias com filhos, do que resulta ser um terço da população constituída por jovens. Por isso, há carências de escolas, há carência de mercados, porque primeiro foram os habitantes e depois é que se fizeram as escolas e os mercados, o mesmo se podendo afirmar em

relação a transportes, que circulam pela periferia sem lá entrarem.

Há igualmente carências de comércio e de convívios. Além disso há outro problema que é muito grave, que é a não existência de serviços públicos locais, obrigando os moradores a deslocarem-se aos mais diversos pontos da cidade para satisfação das suas obrigações e necessidades cívicas, o que se torna incompreensível para uma freguesia que ronda os 75 000 habitantes.

E é nesta panorâmica, a traços largos, que a junta de freguesia tem que actuar. Fácil é por conseguinte avaliar do seu enorme campo de acção.

D. P. — Num perspectiva democrática, poderá haver dificuldades desde que não contem com a colaboração de todos os que integram os restantes órgãos?

A. Ribeiro — Suponho que poderá contar com a colaboração deles como eles poderão contar com a minha. Cada um procurará responder de uma forma equilibrada e equitativa aos problemas que forem postos. De resto, essa questão que aqui foi abordada quanto à importância de dotar os órgãos dos locais com maior densidade populacional de serviços que evite deslocamentos e cansaços inúteis, constitui uma das nossas preocupações e um dos objectivos do nosso programa.